



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 3

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a reanizarem-se nos dias 25, 26 e 27 do mês em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 25, às 21 horas

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 2.275, de 1960, na Câmara e nº 91, de 1960 no Senado) que dispõe sobre os novos níveis de vencimentos dos funcionários civis do Poder Executivo e da outras providências.

Dia 26, às 21 horas

Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei (nº 4.909, de 1959, na Câmara e nº 107, de 1959, no Senado) que cria, no Ministério da Marinha, os quadros complementares dos Corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes da Marinha.

Dia 26, às 22,30 horas

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (1.830 de 1960, na Câmara e nº 87, de 1960, no Senado) que estima a receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1961.

Dia 27, às 21 horas

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.797, de 1960, na Câmara e nº 84, de 1960, no Senado) que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 130.000.000,00 para ocorrer às despesas com a transferência daquele Tribunal para Brasília.

Dia 27, às 22,30 horas

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 1.797, de 1960, na Câmara e nº 57, de 1960, no Senado) que dispõe sobre a entrega de autos aos advogados e da outras providências.

Senado Federal, em 10 de janeiro de 1961.

Senador FILINTO MÜLLER

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Filinto Müller.
1º Secretário: Senador Cunha Mello.
2º Secretário: Senador Freitas Cavalcanti.
3º Secretário: Senador Gilberto.
4º Secretário: Senador Novaes Marinho.
Filho.
1º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder — Moura Andrade (P.S.D.)
Vice-Líderes:
Victorino Freire (P.S.D.)
Lima Teixeira (P.I.B.)
Tacião de Melo (P.S.D.)
Luís da Silveira (P.S.D.)
Paulo Fender (P.I.B.)

Da Minoria

Líder: João Villasboas (UDN).
Vice-Líderes:
Rui Palmeira (UDN)
Afonso Arinos (UDN)
Daniel Krieger (UDN).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Vailadães
Vice-líder: Gaspar Velloso.

SENADO FEDERAL

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Argemiro de Figueiredo
Vice-líderes: Vivaldo Lima — São
to Ramos e Arlindo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Otávio Mangabeira.
Vice-Líder: Novaes Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.
Vice-Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Filinto Müller — Presidente
Cunha Mello
Freitas Cavalcanti
Gilberto Marinho
Novaes Filho
Mathias Olympio
E. aldo Vieira.
Secretário: Evandro Mendes Viana
Diretor Geral, substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES
Lourival Fontes — Presidente
Daniel Krieger — Vice-Presidente
Menezes Pimentel
Silvestre Pericles

Jenerson de Aguiar

Ruy Carneiro
Caetano de Castro
Argemiro de Figueiredo
Rui Palmeira
Milton Campos
Atílio Vivacqua

SUPLENTE

PSD:

1º Gaspar Velloso
2º Jarbas Maranhão
3º Francisco Gallotti
4º Ari Viana

PTB:

1º Mourão Vieira
2º Barros Carvalho
3º Lima Teixeira

UDN:

1º Afonso Arinos
2º João Arruda
3º João Villasboas
Secretária: Maria do Carmo Rondon
Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Ari Viana — Presidente
Fernandes Távora — Vice-Presidente
Alô Guimarães
Lobão da Silveira
Lima Teixeira
Leônidas Melo
Guilherme Mondim
João Parente
Sérgio Marinho

SUPLENTE

PSD:

1º Eugênio Barros
2º Jefferson de Aguiar
3º Mendonça Clark (do PR)

PTB:

1º Argemiro de Figueiredo
2º Fausto Cabral
3º Nelson Maculan (*)

UDN:

1º Reginaldo Fernandes
2º Fernando Corrêa
3º Irin Bornhausen
Secretária: Romilda Duarte, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Padre Calazans — Vice-Presidente
Jarbas Maranhão
Paulo Fernandes
Barros Carvalho — Presidente (licenciado)
Saulo Ramos
Reginaldo Fernandes
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Lobão da Silveira
2º Sebastião Archer

PTB:

1º Lima Teixeira
2º Leônidas Melo (*)

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Antonio Baltar.

UDN:

1º Afonso Arinos
2º Milton Campos

PL:

Otávio Mangabeira
Secretária: Cza José Muniz de Melo
Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Ari Viana
Gaspá Veloso — Presidente
Vivaldo Lima — Vice-Presidente
Francisco Gallotti
Vitorino Freire
Vago
Jorge Maynard
Caetano de Castro
Barros Carvalho
Saulo Ramos
Fernando Corrêa
Daniel Krieger
Irineu Borhausen
Fernando Corrêa
Dix-Huit Rosado
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Jefferson de Aguiar
3º Ruy Carneiro
4º Jarbas Maranhão
5º Eugênio Barros
6º Silvestre Pençes

PTB:

1º Nelson Maculan
2º Arlindo Rodrigues
3º Guido Mondim
4º Paulo Fender
5º Lima Teixeira

UDN:

1º Milton Campos
2º Padre Calazans
3º Rui Palmeira
4º Coimbra B. no
5º João Arruda

PL:

Vago
Secretário: Renato Chermont, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira — Presidente
Ruy Carneiro — Vice-Presidente
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Caetano de Castro
Paulo Fender
Irineu Borhausen
João Arruda

SUPLENTE

PSD:

1º Ari Viana
2º Francisco Gallotti
3º Sebastião Archer

PTB:

3º Miguel Couto
1º Lourival Fontes
2º Vivaldo Lima

UDN:

1º Dix-Huit Rosado
2º Padre Calazans
Secretário: José Soares de Oliveira
Filho, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Argemiro de Figueiredo — Presidente
Sebastião Archer — Vice-Presidente

Substituído temporariamente pelo Sr. Antonio Baltar (6-7-60).

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de oslarcimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Ari Viana
Afonso Arinos
Padre Calazans
Fausto Cabral

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Ruy Carneiro

PTB:

Lourival Fontes

UDN:

1º Daniel Krieger
2º Joaquim Parente
Secretária: Vera de Alvarenga Matra, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Afonso Arinos — Presidente
Benedito Valadares — Vice-Presidente
Gaspá Veloso
Paulo Fernandes
Lourival Fontes
Miguel Couto
Vivaldo Lima
Rui Palmeira
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Jefferson de Aguiar
3º Lobão da Silveira

PTB:

1º Argemiro de Figueiredo
2º Fausto Cabral
3º Vago

UDN:

1º Milton Campos
2º João Arruda
Secretário: João Batista Castellan

PL:

Otávio Mangabeira
Branco, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feiras, 16,30 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes — Presidente
Alo G. Guimarães — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Miguel Couto
Paulo Fender

SUPLENTE

PSD:

1º João de Melo
2º Eugênio Barros

PTB:

1º Vivaldo Lima
2º Saulo Ramos

UDN:

Fernando Corrêa
Sergio Marinho
Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues — Oficial Legislativo
Reuniões: Quarta-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Jefferson de Aguiar — Presidente
Caetano de Castro — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Jarbas Maranhão
Arlindo Rodrigues

SUPLENTE

PSD:

1º Francisco Gallotti
2º Ruy Carneiro
3º Vago

PTB:

1º Saulo Ramos
2º Lima Teixeira

UDN:

1º Fernandes Távora
2º Dix-Huit Rosado

Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feiras, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente
Ari Viana
Caetano de Castro
Nelson Maculan
Joaquim Parente
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Ruy Carneiro
2º Mendonça Clark (do PR)

PTB:

1º Leonidas Melo
2º Guido Mondim

UDN:

1º Col... - Bueno
2º Padre Calazans

PL:

Vago
Secretária: Italiana Cruz Alves — Oficial Legislativo.
Reuniões: Sextas-feiras às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Francisco Gallotti — Presidente
Joaquim Parente — Vice-Presidente
Eugênio Barros
Nelson Maculan
Coimbra B. no

SUPLENTE

PSD:

1º Ari Viana
2º Vitorino Freire

PTB:

Barros Carvalho

UDN:

1º Sergio Marinho
2º João Arruda

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quarta-feiras, às 16 horas.

Comissão Especial

Comissão Especial de Estudo dos Problemas de Sêca do Nordeste

Reginaldo Fernandes — Presidente
Ruy Carneiro — Vice-Presidente
Francisco Gallotti
Arlindo Rodrigues
Jorge Maynard
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Estudo dos Problemas do Vale do Rio Doce

Benedito Valadares — Presidente.

Lima Teixeira

... (vaga).

Jorge Maynard,

Atilio Vivacqua.

Secretária: Julietta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo

Comissão Especial de Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente

Atilio Vivacqua.

... (vaga do Sen. Lima Guimarães)

*Lino de Matos.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo

Comissão Especial de Estudo da Política de Produção e Exportação

Lima Teixeira — Presidente.

Fernandes Lávora — Vice-Presidente.

Francisco Gallotti

Gilberto Marinho.

Gaspar Velloso.

Mourão Vieira.

Guido Mondim.

Coimbra Bueno.

Atilio Vivacqua.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

ATA DA 3ª SESSÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 12 DE JANEIRO DE 1961

PRESIDÊNCIA DOS SRS. GILBERTO MARINHO E NOVAES FILHO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Vivaldo Lima — Zacharias de Assunção — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Sebastião Archer — Eugênio Barros — Menção Clark — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — Dix-Huit Rosado — Ruy Carneiro — Novaes Filho — Antonio Baltar — Ruy Palmeira — Silvestre Péricles — Heribaldo Vieira — Ary Vianna — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valadares — Nogueira da Gama — Moura Andrade — Lino de Mattos — Pedro Ludovico — João Villasbôas — Filinto Muller — Fernando Corrêa — Alô Guimarães — Gaspar Velloso — Nelson Maculan — Francisco Gallotti — Guido Mondim — (37).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 37 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Arlindo Rodrigues, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. Francisco Gallotti, servindo de 1º Secretário, lê o seguinte

EXPEDIENTE

Mensagens:

Do Sr. Presidente da República de ns. 6 a 23 e de ns. 25 a 32, de 1961, restituindo autógrafos dos seguintes Projetos de Lei da Câmara, já sancionados:

— Nº 7, de 1958, que dispõe sobre a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço prestado por funcionários à União, às Autarquias e às Sociedades de Economia Mista.

— 49, de 1959, que equipara os profissionais de Agrimensura diplomados no regime do Decreto nº... 20.178, de 12 de dezembro de 1949, aos que se diplomarem na forma da Lei nº 3.144, de 20 de maio de 1957.

— Nº 103, de 1960, que autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 25.300.000,00 para ocorrer às despesas com material, serviços e instalações da Justiça do Distrito Federal.

— Nº 109 de 1960, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$..... 150.000.000,00, destinado a atender as despesas com as solenidades na instalação do Governo Federal na nova Capital do País.

— (PLS) nº 14, de 1957, que dá ao Aeroporto de Codo no Estado do Maranhão o nome do Aeroporto Magalhães de Almeida.

— Que, concede autonomia à Escola Nacional de Minas e Metalurgia, a qual, desligada da Universidade do Brasil, passará a denominar-se Escola de Minas de Ouro Preto.

— Nº 107, de 1960, que abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 17.000.000,00 destinado a auxiliar a Associação Pro-Maternal, instituição beneficente sediada no ex-Distrito Federal, atual Estado da Guanabara.

— Nº 97, de 1960, que transforma em estabelecimento federal de ensino superior a Faculdade de Odontologia de Diamantina.

— Nº..., que cria a Universidade Federal de Goiás, e dá outras providências.

— Nº 101, de 1960, que cria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

— Nº 102, de 1960, que federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências.

— Nº 106 de 1960, que abre o crédito especial de Cr\$ 1.082.001,445, para atender às indenizações decorrentes dos danos causados pelo ex-

travassamento das águas do açude Orós, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

— Nº 108, de 1960, que altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, e dá outras providências.

— Nº..., que abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para a realização do convênio entre esse Ministério e o Instituto de Pesquisas do Brasil Central.

— Nº 111, de 1960, que cria a Escola Agrotécnica de Januária, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

— Nº 110, de 1960, que federaliza a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas, e dá outras providências.

— Nº 83, de 1960, que cria Coletorias Federais em diversos Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo; e dá outras providências.

— Nº..., que transforma em estabelecimentos federais de ensino superior a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, de Uberaba, e a Faculdade de Direito de Sergipe.

— Nº 68, de 1960 que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências.

— Nº 112 de 1960, que autoriza a abertura do Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — do crédito especial de Cr\$.... 78.000,00, destinado a atender ao pagamento de gratificação de representação devida aos desembargadores, Presidente e Vice-Presidente daquele Tribunal e ao Juiz Presidente do Tribunal de Juri.

— Nº 114, de 1960, que aprova o plano de coordenação das atividades relacionadas com o carvão mineral.

— Nº 76, de 1959 que concede auxílio especial às jornadas Médico-Cirúrgicas, de Uruguiana.

— Nº 77, de 1957, denomina Aeroporto Bartolomeu Lisandro o atual Aeroporto Municipal de Campos.

— Nº 115, de 1960, que estende aos triticultores não amparados na safra de 1959-1960, pela Lei nº 3.551, de 13 de fevereiro de 1959, os favores e obrigações estabelecidos em lei, bem como os do instrumento legal que prorroga o prazo dos pagamentos dos débitos dos triticultores amparados pela referida lei.

— Nº 104, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para auxiliar a construção do "Dormitório do Estudante", em Manaus, Estado do Amazonas.

— Nº 113, de 1960, que torna extensivos aos funcionários dos Territórios Federais dispositivos do Estatuto dos Funcionários Públicos da União (Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952), e dá outras providências.

Avisos:

— Do Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, nº 333.224-60-GV, de 27-12-60, solicitando mais 30 dias

de prazo para a prestação das informações pedidas no Requerimento nº 498-60, do Sr. Senador Gilberto Marinho.

— Do Sr. Ministro da Fazenda, ns. 323, do ano findo, transmitindo cópias dos esclarecimentos prestados pela Alfândega de Santos, Diretoria de Rendas Internas e Diretoria das Rendas Aduaneiras, com referência ao Requerimento nº 73, de 1959, do Sr. Senador João Villasbôas

Parecer n. 2, de 1961

Da Comissão de Finanças, sobre Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 1961 (na Câmara nº 1.187-X de 1959), que revigora, por dois exercícios, a autorização concedida pela Lei nº 3.317, de 18 de novembro de 1957, que abre crédito destinado ao prosseguimento da obra ferroviária no Estado de Santa Catarina.

Relator: Sr. Francisco Gallotti

O presente projeto revigora, por dois exercícios, a autorização concedida, pela Lei nº 3.317, de 18 de novembro de 1957, ao Poder Executivo para abrir o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinado ao prosseguimento da refinação do trecho Blumenau — Subida da zona do Vale do Itajaí, obras de arte, trilhos e acessórios, empedramento, inclusive desapropriação e pagamento de diferença devidas por reajustamento de tabelas, do sistema ferroviário federal no Estado de Santa Catarina.

Disse o Autor da Proposição, justificando-a, que a lei nº 3.317, de 18 de novembro de 1957, perdeu sua eficácia. Não foi aberto o crédito especial autorizado, ficando, assim, inatingidos os fins visados pela Lei. E o projeto tem justamente "a finalidade de dar nova oportunidade a que se efetive o relevante serviço público".

Sobre a matéria constante do projeto ora examinado já houve pronunciamento favorável desta Comissão, quando foi pela mesma estudado o projeto que resultou na mencionada Lei nº 3.317. E, sem dúvida, as razões que então prevaleceram, continuam de pé.

Assim, face ao exposto, opinamos favoravelmente à proposição. É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 11 de janeiro de 1961. — Gaspar Velloso, Presidente. — Francisco Gallotti, Relator. — Victorino Freire. — Ruy Carneiro. — Silvestre Péricles. — Fausto Cabral. — Caiado de Castro. — Fernandes Távora. — Ary Vianna. — Vivaldo Lima.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Fernando Corrêa, por cessão do nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. FERNANDO CORREIA:

(Lê o seguinte discurso)

Tomo a palavra, Sr. Presidente, para despedir-me desta Casa e de meus colegas, pois devo assumir a 31 deste o Governo de Mato Grosso.

Entre para a vida pública já homem maduro. Antes servia o coletividade de meu Estado, exercendo com toda a força de minha capacidade, de minha capacidade de trabalho e de minha inteligência a minha sagrada profissão de médico e cirurgião. E viveu nesses 25 anos de exercício de Medicina, de um labor diuturno, os momentos mais intensos e emocionantes e mais felizes de minha vida.

Talvez por entrar em contato direto com todas as camadas sociais, por ascender de perto os anseios dos homens, sentindo as deficiências econômicas, identificando com eles na luta pelo recobro à saúde, pela o abandono em que vivem pelos poderes públicos, conhecendo de perto o seu sofrimento e a sua luta é que muitas vezes o médico do interior, como complemento de sua atividade profissional a convocação a vida pública. O povo tem esperança que aquele que muitas vezes resolveu os problemas de sua saúde e de sua família, possa solucionar ou ajudar nos problemas sociais. Daí o grande número de profissionais de Medicina nas duas Casas do Congresso, nas Assembleias estaduais, nas Prefeituras Municipais e nas chefias políticas dos Municípios.

Foi assim, dentro desse raciocínio, que fui convocado para a Prefeitura de Campo Grande, a cidade matogrossense onde vivo, onde exerci com o meu coração e meu cérebro, a cirurgia. Onde nasceram meus filhos, onde emprehei tudo que a minha atividade médica me deu, onde enfim me sentia um homem perfeitamente realizado e feliz.

No dia que deixava a Prefeitura de Campo Grande, a 31 de janeiro de 1951, assumia o Governo do Estado. Não é lugar aqui e nem o momento é próprio, para dizer da minha luta, do meu trabalho, das minhas conquistas, para bem levar a causa pública matogrossense nesse período. Eleito Senador há dois anos, como uma solução positiva ao exercício do povo, quando começo a sentir-me em casa nesta Casa, sou novamente convocado para disputar a primeira magistratura do Estado.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. FERNANDO CORRÊA — Com todo o prazer.

O Sr. Filinto Müller — V. Ex. é convocado pela segunda vez a exercer o Governo de Mato Grosso. Disputa com V. Ex. as preferências do eleitorado da nossa terra natal. Teve V. Ex. a felicidade e a honra de ser o escolhido pelo povo de Mato Grosso. No momento em que V. Ex. se dirige ao Senado para apresentar despedidas aos seus Pares, a mim me cabe formular, como representante de Mato Grosso, os melhores votos para que possa V. Ex. realizar um governo profícuo, promovendo o progresso do nosso Estado e a felicidade da gente matogrossense. A V. Ex. não faltam qualidades para levar a bom termo esse grande e nobilitante mandato. Estou certo de que, animado de patriotismo e de mais intenso amor à nossa terra, V. Ex. há de tudo fazer pelo seu engrandecimento. Peço a Deus ilumine V. Ex., para que bem se incumba da tarefa e que se propõe, pela qual lutou como candidato e que deverá realizar, como Governador. (Palmas)

O SR. FERNANDO CORRÊA — Muito obrigado a V. Ex.

V. Ex. com esse aparte demonstra bem o seu espírito público, a sua inteligência, o seu coração, o seu espírito bem orientado, o seu amor a coisa pública matogrossense.

O Sr. Filinto Müller — Bondade de V. Ex.

O SR. FERNANDO CORRÊA — É o meu dilema foi o daquele Príncipe da Dinamarca, que o gênio de Shakespeare descreveu no Hamlet.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. FERNANDO CORRÊA — Com todo o prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Queira aceitar as palavras que vou pronunciar como também expressando o pensamento da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, que represento neste momento. O Senado está se desfalcando de seus bons elementos. Ainda ontem ouvimos o desdobramento de um currículo interessante de outro médico que, por sinal, foi meu com-

panheiro de turma da Bahia, de 1922 a 1927. Deixa seis anos de mandato, para permitir que o Presidente da República, com o seu Governo, prestes a expirar, possa apreciar a sua obra defendendo-se das críticas e aceitando os louvores. Sobram-lhe poucos dias, é verdade, no exercício do mandato embora de direito restem-lhe mais seis anos. E que foi eleito, em expressiva votação, para governar o Estado de Mato Grosso, para onde volta a dirigir o seu destino desfalcando, assim, a classe médica de uma brilhante representante nesta Casa do Congresso Nacional. Dentre a modestia de V. Ex., revelamos algumas facetas da sua vida pública no seu Estado; sabemos, entretanto, o que realmente representou para os matogrossenses a atividade profissional do nobre colega, como cirurgião credenciado que sempre foi e ainda o é. Têm os médicos não muito exata do cumprimento do seu dever somos profundamente omanos; temos uma imposição racional e com ela conseguimos interpretar o Direito Público o Direito Constitucional, enfim tudo que estiver fora de nossa esfera da nossa profissão. Há em nós qualquer coisa que nos ajude a interpretar as leis do país e a sua Carta Magna.

A ausência de V. Ex. desfalcava este Plenário de um dos melhores elementos.

Tenho acompanhado de perto a atuação de V. Ex. na Comissão de Finanças, na vice-presidência e constantemente no exercício da presidência, quando se pronuncia a respeito de proposições do mais alto interesse para a Nação. Vejo naquele momento, sobretudo quando prolata tais matérias o predomínio do espírito do médico que procura acertar, na terapêutica, para ajustá-las à Nação, e fim de que os seus órgãos funcionem dentro do equilíbrio que nós, médicos, exigimos do corpo humano. V. Ex. tem cooperado para que todos nós possamos consertar e equilibrar as peças da Nação, tantas vezes desarticuladas. Sentimos saudade dos elementos que se despedem. Tem, ainda V. Ex. alguns dias de convivência nesta Casa pois estará em exercício até 31 do corrente mês; entretanto, pelas palavras pronunciadas vemos que prepara o nosso espírito para a despedida definitiva e verificar-se dentro de poucos dias. Queira V. Ex. aceitar, através do meu pronunciamento a homenagem que o Partido Trabalhista Brasileiro, aqui representado por sua Bancada, presta a V. Ex., homem de alto descolino e de grande equilíbrio espírito público.

O P.T.B. sabe apreciar o homem público brasileiro; esteja ele onde estiver, seja de que partido for, merece o nosso respeito, nossa consideração. Apresentamos-lhe o nosso testemunho de afeto e de apreço como homenagem ao Governador do Estado de Mato Grosso.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Muito obrigado a V. Ex.

Deveria eu ficar a exercer, sentado nesta cadeira, os seis anos de meu mandato de Senador ou ir à luta novamente para a alta administração de meu querido Mato Grosso? Faltou porém dentro de mim, o meu sangue. Filho de quem sou, de um Homem que também deixou esta Cadeira e lá se foi para Curitiba, cumprir o seu dever, até que uma doença fatal o impedisse de fazê-lo. Não tinha eu outra alternativa. E curvo-me sereno ao meu destino. Vou tranquilo sabendo da tarefa imensa que me espera, do trabalho ingente que tenho a desempenhar, das lutas que tenho que travar. Mas esse é o meu dever e patrioticamente tenho que cumpri-lo. Ainda mais agora, e isso verdadeiramente muito me anima, tem Mato Grosso uma oportunidade ímpar na sua História. Será Presidente da República um seu dileto filho. Um homem com o patriotismo e a enverga-

dura administrativa de Jânio Quadros, que disse pessoalmente ao povo nosso cotestadoano o que pretende fazer e realizar pelo nosso abandonado rincão, que tem sido até hoje um filho mal aquinhado e mesmo engeitado dos governos federais. Ele na sua campanha para a eleições passadas falou clara e positivamente o que pretende fazer para o nosso soerguimento econômico, cultural, e administrativo. A sua atenção estará sempre voltada para os problemas do nosso Mato Grosso. E isso muito merecia. Despedo-me, pois dos meus amigos. Senadores, esperando uma visita de cada um ao Estado, onde irão conhecer um novo mundo, que se abre para o progresso imprevisível do Brasil. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é vivamente cumprimentado e abraçado).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Rui Palmeira como Líder da Minoria.

O SR. RUI PALMEIRA:

(Como líder da UDN — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, na hora em que se despede o nosso companheiro, Senador Fernando Corrêa, cabe-lhe ao eventual exercício da Liderança da minha bancada, dizer algumas palavras, de despedida, de saudade ao companheiro e de homenagem ao Senador, que nesta Casa honrou o tão bem e tão eficientemente serviu à causa do seu Estado e aos interesses da nossa Pátria, e a nós, com a sua companhia.

O papel do legislador é, nos dias que correm, de tanta conturbação, de verdadeira neurose universal, dos mais delicados, dos mais complexos, dos mais difíceis. Hoje, quando há uma insatisfação geral nas massas, quando elas se sentem mais conscientes das suas necessidades e mais ativas nas suas reivindicações; quando o progresso, facilitando soluções, determinou, também mais ansiedade para que mais rapidamente elas fossem encontradas nos dias que correm, anuais que representam o povo e têm desse mandato a mais perfeita, a mais justa consciência, desprezando o cortejamento fácil, a demagogia que amacia, que entorpece, mas que não resolve; nos dias de hoje, o legislador que tem a justa e lúcida consciência das suas responsabilidades, sente que é grande e penoso o encargo em que se investe, ao aceitar uma representação popular. Quem cumpre esse mandato, quem aceita uma representação e a exercita com eficiência, pode estar seguro de que serviu, realmente, à sua gente e à sua terra.

O Senador Fernando Corrêa, quer entre seus companheiros de Partido, quer entre os do Senado da República, foi figura que manteve esse equilíbrio, essa lúcida visão dos fatos, servindo patrioticamente ao seu Estado e ao Brasil.

Pela segunda vez a S. Ex. chamado a governar Mato Grosso, o que constitui honra extraordinária para qualquer homem público. Afesia-se, assim, desta Casa, privando-nos de seu convívio, dos mais saudáveis e amáveis, mutila um pouco, com sua ausência, o Senado da República, que se vê desfalcado de um dos seus mais eficientes elementos, um dos melhores servidores da causa pública.

Fernando Corrêa, que tão bem correspondeu à confiança de sua gente, defendendo-lhe os interesses no desempenho do mandato legislativo, sabe muito bem que maiores são as responsabilidades que assumirá ao ser investido num mandato Executivo. Se ao legislador cabe traçar normas, após captar os anseios da comunidade que representa, compondo, assim, a estrutura das instituições e estabelecendo a maneira de atingir os objetivos do

Estado, aquele que exerce mandato Executivo maiores dificuldades se apresentam, mais fortes são os obstáculos, pois a comunicação dele esperava não apenas a realização do bem público, mas dele reclama o milagre de resolver os problemas de todos e os de cada um em particular, entendendo que a soma de poderes nas mãos do governante deve ser empregada no próprio interesse da coletividade.

Assim, ainda mais delicada é a missão de quem exerce o mandato Executivo. Nos dias de hoje, mais se agravam os problemas sociais e mais árdua é a missão do governante, pela consciência que têm as massas da necessidade de ver solucionadas essas questões que, muitas vezes, chegam à beira da tragédia.

Ainda há pouco, eu vim ao aparte do nobre Presidente desta Casa ao discurso do nobre Senador Fernando Corrêa.

O Senador Filinto Müller num gesto altamente democrático e compreensivo da sua posição no cenário político nacional teve palavras de homenagem ao nosso companheiro Senador Fernando Corrêa da Costa. Vemos assim que existem no ambiente político de Mato Grosso condições para que os homens possuidores de espírito público, hoje raros no Brasil, possam promover o bem estar da sua terra.

No momento em que nos despedimos do Senador Fernando Corrêa desejamos exprimir toda nossa mágoa por vê-lo separar-se de nós.

Nossa esperança, e mais do que isto, a nossa tranquilidade reside em que o nosso companheiro que tanto honrou sua terra no Senado da República no governo do seu Estado reafirmará o que tem sido a constância da sua gente: o total desprendimento pelo seu povo a ação eficiente na realização do progresso de Mato Grosso e a felicidade de seus conterrâneos. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Vitorino Freire, como Líder da Maioria.

O SR. VITORINO FREIRE:

(Como Líder da Maioria — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente o Partido Social Democrático e a Maioria desta Casa solidarizam-se com as homenagens que o Senado está prestando à figura preclara e ilustre do Senador Fernando Corrêa.

S. Exa. vai assumir a suprema Magistratura do seu Estado e deixa, nesta Casa, um traço de bom convívio, e estima de todos os seus companheiros.

Faltava afastado por singular diversidade de ordem partidária jamais transgrediu os princípios de cortesia, tolerância e bom convívio dos amigos e adversários políticos.

Nesta Casa, tive oportunidade de me ligar a S. Exa. por laços de amizade e estima fraterna. Foi seu companheiro, na Comissão de Finanças, onde sempre S. Exa. dava seu voto com a maior independência e espírito público.

Liderando a Maioria cerca de dois meses, sempre mereci tanto de Sua Exa. como de seu eminente Líder, o nobre Senador João Villasboas, e todos os seus companheiros, as melhores atenções para que eu cumprisse meus deveres, sem tumulto nem atrito com os colegas da Oposição.

Desejamos feliz governo ao Senador Fernando Corrêa, que venceu, do seu Estado, o nosso eminente Vice-Presidente e correligionário, Senador Filinto Müller outro grande matogrossense, que aceitou o veredicto das urnas com singular espírito público.

O Sr. João Villasboas — Muito

O SR. VITORINO FREIRE — Vaido honrado Senador Fernando Correia assumir o alto cargo de Governador cercado da confiança, mesmo dos adversários, de que resolverá os problemas que angustiam seu Estado e seu povo.

S. Exa. não é um aprendiz da vida pública; tem uma longa tradição, por herança e pelo exercício permanente do Poder e da oposição. Por isso, Sr. Presidente, é que todos nós, da Maioria e da Minoria, nesta Casa, desejamos ao nobre Senador Fernando Correia, e eu pessoalmente, os melhores votos de felicidades.

Pego a Deus que ilumine S. Exa. e lhe tire as pedras do caminho para que possa repetir em Mato Grosso com o mesmo espírito público com que o dirigiu anteriormente, uma época de felicidades e realizações em prol de Mato Grosso e dos mato-grossenses, para maior brilho e destaque do seu nome na sua terra e no cenário nacional.

O Sr. Francisco Gallotti — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VITORINO FREIRE — Tem o aparte V. Exa.

O Sr. Francisco Gallotti — Fala V. Exa. em nome do Partido a que pertence. Pedi, porém, este aparte para, num gesto de solidariedade absoluta às suas palavras, dizer ao nobre Senador Fernando Correia que a 31 do corrente assumirá o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, que esse é um Estado feliz. No dia 3 de outubro passado venceu o nobre Senador Filinto Müller vençasse como venceu o nobre Senador Fernando Correia Mato Grosso estaria de parabéns porque teria um governante à altura dos seus altos destinos. Conheço os Correia de Mato Grosso de longa data. Nos bancos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro fomos colegas de estudos. O Denúnciado Teodoro Correia, irmão do ilustre Senador Fernando Correia, e eu já estávamos na Escola, sentia o que era o caráter dos Correia de Mato Grosso. Quero, portanto, neste instante, prestando minhas homenagens ao Senador que se retira desta Casa, e que recebe de nossa parte e da parte de todos os Partidos esta justa homenagem, não se lhe presta, deixar meus votos, como fez V. Exa., para que possa ele tornar o Estado de Mato Grosso cada dia mais respeitado, acatado e progressista. Que ele tenha no Governo de Mato Grosso, que já exerceu uma vez, dias felizes e que no dia em que o deixar possa retirar-se da aurora governamental aplaudido pelo povo de Mato Grosso.

O SR. VITORINO FREIRE — Obrigado a V. Exa.

O Brasil atravessa uma hora crucial, em que os homens de responsabilidade que representam partidos e tendências, devem ficar de cabeça fria, quer seja da Oposição ou quer seja do Governo para que, com dignidade, com deprendimento, a Nação a vencer a crise em que se debate e que a todos asseberba.

Agora, Senador Fernando Correia da Costa, a homenagem pessoal do amigo. A V. Exa. eu não digo adeus, porque o adeus tem o sentido das despedidas eternas. E os que se querem, se compreendem, se estimam vivem sempre juntos apesar da distância. de Brasília ao torráo sagrado de Mato Grosso, que V. Exa. honrou até hoje na vida pública e há de honrar no Governo do Estado. Minhas despedidas e minhas homenagens, porque V. Exa. deixa, nesta Casa as amizades que conquistou pela sua grande cultura, pela sua moral, pela sua alegria e pela sua inteligência.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho, orador inscrito.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, quando exercia eu a Pasta da Agricultura, tive a honra de acompanhar o eminente Chefe da Nação, o Sr. Presidente Eurico Dutra, a uma visita à sua terra natal, ao Estado de Mato Grosso e para maior alegria minha, na cidade de Campo Grande, tive a honra de ser hospede do eminente Senador Fernando Correia. Na sua casa, naquela lar todo cheio de encantos, de inteligência, de alto sentido de hospitalidade, eu logo dei com a pedra de toque da fidalguia daquela terra, expressada altamente na figura distintíssima da ilustre dama que é a sua digna consorte. Daí data Sr. Presidente, a minha amizade ao nobre colega, Senador Fernando Correia, amizade que mais ainda se consolidou, através do excelente convívio que com ele todos nós temos mantido nesta Casa do Parlamento Nacional.

Daí por que, Sr. Presidente, venho agora, como seu amigo, e também como seu companheiro de Minoria no Senado da República, juntar minha voz àquelas que tão bem expressaram os nossos sentimentos de admiração e de afeto para com o Governador eleito do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente nesta oportunidade quero dizer ao Plenário desta Casa que, desde que cheguei ao Congresso do Brasil, ou seja, ao Parlamento Nacional, funda impressão me causou o comportamento, a educação política, a elevação de sentimentos e de maneiras dos representantes de Mato Grosso. Mato Grosso oferece nesta Casa do Congresso um exemplo magnífico de espírito democrático, de formação política de maneira de encaminhar e de viver no convívio dos homens públicos. Nenhuma outra Bancada nesta Casa tem a ventura de oferecer, como a de Mato Grosso, esse exemplo extraordinário, que pode bem servir como verdadeira lição, sobretudo para os moços do Brasil.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Já que V. Exa. no seu belo discurso, está tocando em matéria política, num ponto muito nevralgico: a educação política, posso dizer que Mato Grosso é um Estado onde, na realidade os Partidos lutam de maneira diferente do resto do Brasil. Em 1953 estive em Cuiabá, onde o atual Senador Fernando Correia exercia o cargo de Governador, eleito pela União Democrática Nacional. Lá, compareci em companhia do Presidente da seção do PSD do Rio Grande do Norte, Deputado Teodorico Bezerra, e eu representando o Partido Social Democrático seção da Paraíba. Fomos acolhidos por S. Exa., com especial carinho. Fato interessante é que, lá fomos à procura de paraiibanos, atraídos pelos seringais mato-grossenses, e que as suas famílias, na Paraíba, os consideravam escravizados.

Lá fomos recomendados pelo nobre Senador Filinto Müller aos homens do nosso Partido para que nos ajudassem. Fomos recebidos, em Cuiabá, por elementos do Governo, inclusive um Secretário de Estado Dr. Rubens Pinto, homem fino e educado, aliás sobrinho do Senador João Villasboas, e outros elementos de destaque tanto nos quadros do Governo como na Oposição, na época o P.S.D. Lá não se encontrava o Governador Fernando Correia por haver aniversariado na véspera e se afastado de Cuiabá. Mandaram porém, todos os seus auxiliares imediatos receber-nos sob o comando do Vice-Governador, Doutor João Leite de Barros. Foi uma deferência especial que nos comoveu, demonstrando a educação política de Mato Grosso. Fomos assim acolhidos

com carinho especial pelo Governador Fernando Correia, que por sinal é primo do nobre Senador Filinto Müller. S. Exa. se combatem naquele Estado, mas aqui, graças a Deus, com particular satisfação para nós — já que V. Exa. fala da educação política dos homens de Mato Grosso que ocupam cadeiras nesta Casa — estão amigos, o que é o ideal, o louvável merecendo os aplausos nossos é de V. Exa. na exaltação que está fazendo com o brilho do seu talento ao Governador eleito de Mato Grosso, meu adversário, mas nosso prezado colega, Senador Fernando Correia. Não posso neste instante, deixar de registrar a maneira fidalga como o Governador aderiu nos acolheu no território mato-grossense, em 1953, fato que demonstrou a educação política desse nobre colega, que também acaba de ser exaltado, no expressivo discurso do nosso querido colega Senador Vitorino Freire, um nome do P.S.D. no Senado. (Palmas).

O SR. NOVAES FILHO — Muito grato ao aparte do meu amigo, o nobre Senador Ruy Carneiro.

Sr. Presidente, causou-me funda impressão a maneira elegante, correta e democrática como nesta Casa, sempre se comportou a representação de Mato Grosso.

Representando um Estado grande em território porém pequeno em possibilidades econômicas e em população, tem os seus membros se imbódo a confiança de todos nós e dela saído para os postos de maior relevância do Senado da República.

Dessa representação vi sair para a Liderança da Maioria e revelar-se, sem favor, um grande Líder, o eminente Senador Filinto Müller.

O Sr. Fernandes Távora — Muito bem! (Palmas).

O Sr. Filinto Müller — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. NOVAES FILHO — Dessa representação vi sair para as difíceis, árduas e ingratas funções da Liderança da Minoria essa figura respeitável, serena, oculta e brilhante, que é o Senador João Villasboas.

O Sr. Rui Carneiro — Muito bem! (Palmas).

O Sr. João Villasboas — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. NOVAES FILHO — Dessa representação mato-grossense vi sair, pelo voto unânime deste Plenário, para as culminâncias da Mesa, para a Vice-Presidência desta Casa, o nobre Senador Filinto Müller. (Muito bem; muito bem! Palmas). Nesse posto como na Liderança da Maioria, nos dias de maior calor político, dos entevos mais entusiásticos e dos debates mais aceros, não permitiu S. Exa., que das suas mãos caísse aquele penacho de espírito democrático e de boa educação política, da representação de Mato Grosso nesta Casa.

Daí por que Sr. Presidente, tenho profunda admiração pela representação de Mato Grosso, que reputo, sem favor, constituída de homens que podem ser mestres de educação política, de espírito democrático, sobretudo de maneira alta e elegante de servir as causas nacionais com uma linha extraordinária de bom tom, de delicadeza e patriotismo.

O Sr. Ruy Carneiro — Apoiado!

O Sr. Fernandes Távora — Muito bem.

O SR. NOVAES FILHO — Assim, Sr. Presidente, é com alegria que trago hoje, através de minha voz, também os sentimentos mais íntimos de amizade e admiração ao nobre Senador Fernando Correia, que vai nos privar do seu convívio para volver à terra natal e servir ao seu povo, exercendo o Poder Executivo, até onde o acompanharei com os melhores votos para que seja bem sucedido e possa corres-

ponder aos anseios e às esperanças de seus coestaduanes. (Muito bem! Muito bem!) (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa vincula-se às merecidas e inequívocas demonstrações de apelo, de respeito e de admiração com que o Plenário, na palavra de seus Líderes, manifestou seus sentimentos no momento que o Senador Fernando Correia despede-se do Senado da República; e formula a esse eminente companheiro os votos mais ardorosos para que S. Exa., no exercício da Suprema Magistratura do seu Estado, realize os anseios de desenvolvimento econômico, social e cultural do progressista povo de Mato Grosso. (Palmas).

O Sr. Fernando Correia — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Gilberto Marinho da A. Presidência, assumiu-a o Sr. Novaes Filho.

Continua a hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. GILBERTO MARINHO:

(Não foi revisto pelo orador) — No breve período das férias parlamentares, o Ministério da Agricultura expediu Portaria sobre a comercialização da safra do trigo nacional ora em curso e a distribuição do mesmo cereal para a indústria no corrente ano.

Trata-se de ato extremamente danoso à economia do país e que mais grave se torna por não haver levado em conta nenhuma das reiteradas advertências recebidas a propósito das implicações que acarretaria para a nossa triticultura.

Com relação à Portaria ministerial, que começa por viciar flagrantemente o Decreto nº 47.491, regulador da matéria, não podemos deixar de ressaltar que ela representa a volta ao regime das operações do trigo-papel, da "nacionalização" do trigo e de práticas análogas que constituem verdadeiro atentado contra o patrimônio nacional e contra os interesses do consumidor.

Elas haviam sido praticamente eliminadas com as medidas adotadas pelo Ministro Mário Meneghetti, coronadas pelo citado Decreto nº 47.491, expedido pelo Presidente Kubitschek, em fins de 1950.

Contra o sistema que ora ressurgiu, manifestou-se várias vezes a Comissão Técnica do Trigo. Já o Diretor da CACEX, em meados de 1950, preconizava, em relatório aprovado pela direção do Banco do Brasil, a compra estatal do trigo, como única forma de liquidar o trigo-papel.

Em 15 de dezembro último, o Conselho Nacional de Economia dirigiu-se ao Ministério da Agricultura, alertando-o em relação a medidas que poderiam abrir a porta para o reinício de fraudes na comercialização do trigo.

Pela Portaria tornada pública no dia 28 de dezembro último, foi eliminada a interferência do Banco do Brasil na compra do trigo nacional. Além disso, não obstante o Decreto 47.491, pelo seu artigo 25, proíbe a entrada do trigo importado, até a colocação da safra do trigo nacional, o Ministério permitiu, por aquela portaria, a entrada do trigo importado durante o mês de fevereiro e, mediante a autorização das Coaps, também em janeiro.

Além disso, foi abandonado o critério de destinar o trigo ao abastecimento das regiões consumidoras, para reviver o das quotas individuais para a indústria moageira, as quais sempre foram, no passado, negociadas e revendidas com prejuízo dos consumidores. Um ato de tais repercussões só poderia ser decidido com a anuência das Cartilhas de Câmbio e Comércio Exterior no Banco do Brasil, do Conselho da SUMOC, do próprio Ministério da Fazenda e do Presidente da República.

que estão no dever de atender a tantos pronunciamentos infensos à política adotada, sob pena de se subrogarem nas pesadas responsabilidades que dela decorrem.

Ainda um aspecto grave do mesmo ato é o restabelecimento da discriminação que vigorava contra o Nordeste no que se refere ao preço do trigo.

O Ministro Mário Meneghetti eliminou essa discriminação, com o estabelecimento de um preço único para o trigo em todo o país, ficando a diferença de frete entre o Rio e dos portos do Norte e do Nordeste a cargo de subvenção do Tesouro Nacional para o trigo indígena.

Aliás, o *Correio da Manhã*, em editoria, de anteontem, focalizou a matéria de forma magistral, assinalando que, com o retorno à indústria do trigo-papel, a triticultura nacional, que já se debate com a incompreensão do poder público, incapaz de liberar as verbas para a imprescindível pesquisa genética de um tipo padrão e de amparar com financiamentos indispensáveis à mecanização da lavoura e ao amparo financeiro na época do plantio e da comercialização, a triticultura nacional dizíamos sofre um golpe mortal.

Como advertência final, cumpre chamar a atenção de todas as autoridades às quais compete resolver tão momentosa questão, para que tenham sempre presente em suas deliberações que este ano, segundo vem salientando todos os técnicos, será um ano de terrível escassez de trigo.

Tais considerações, Senhor Presidente, nos ocorreram como seqüência das palavras que ontem aqui tivemos oportunidade de proferir, a propósito da política agrária mais consentânea com o desenvolvimento econômico da Nação.

Insistimos naquilo que nos parece óbvio, que o desenvolvimento da economia agropecuária é absolutamente fundamental, se queremos construir uma Nação com bases realmente sólidas. Do campo, o país recebe em primeiro lugar os alimentos para a sua população; do campo se obtêm as matérias primas para as nossas indústrias e a quase totalidade das divisas, porque o que a Nação exporta é até o momento praticamente o fruto do labor do homem do campo.

Temos que voltar os olhos cada vez mais para o interior brasileiro, para que um dia possamos dizer com orgulho que ele tem então uma nova vida espiritual e uma nova vida econômica. (Muito bem! Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento n. 18, de 1961

Nos termos dos art. 211, letra n, do Regimento Interno, requerio dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1961, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 12 de janeiro de 1961. — Francisco Gallotti.

O SR. PRESIDENTE:

Em face da deliberação do Plenário, o Projeto de Lei da Câmara número 2, de 1961, figurará na Ordem do Dia da próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à Ordem do Dia.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1956, de autoria do Sr. Sen. João Villaboa, que declara isentos de sanções disciplinares os militares reformados e os das Reservas das Forças Armadas, tendo Pareceres contrários, sob números 401 e 402, das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 19, de 1961

Nos termos dos arts. 212, letra l, e 274, letra b, do Regimento Interno, requerio adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1956, a fim de ser feita na Sessão de 22 do corrente.

Sala das Sessões, em 12 de janeiro de 1961. — João Villaboa

O SR. PRESIDENTE:

Em face da aprovação do Requerimento, o projeto voltará à Ordem do Dia na Sessão de 22 do mês em curso.

Em face da aprovação do requerimento, o projeto será retirado da ordem do dia.

Está esgotada a matéria constante da ordem do dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Heribaldo Vieira.

O SR. HERIBALDO VIEIRA:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Heribaldo Vieira desiste da palavra.

Dou a palavra ao orador seguinte, nobre Senador Lobão da Silveira (Pausa).

Não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Da Sessão de 13 de janeiro de 1961

(Sexta-Feira)

ELEIÇÃO — COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, FLORESTAS, CAÇA E PESCA

Eleição da Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca (5 membros) criada pela Resolução nº 45, de 1960.

2 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1961 (número 1.137, de 1959, na Câmara), que revoga, por dois exercícios, a autorização concedida pela Lei nº 3.317, de 18 de novembro de 1957, que abre crédito destinado ao prosseguimento de obra ferroviária no Estado de Santa Catarina (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Francisco Gallotti), tendo

Parecer favorável, da Comissão de Finanças.

Está encerrada a Sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 40 minutos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos da Comissão Diretora

A Comissão Diretora, em reunião de 30 de novembro de 1960, deferiu o seguinte requerimento:

Sem número — De Amélia da Costa Côrtes, Oficial Legislativo, Símbolo PL-3, solicitando adiamento de sua ida para Brasília pelo prazo de 120 dias.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de janeiro de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.

A Comissão Diretora, em reunião de 2 de dezembro de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

Nº 337-60 — De Maria de Maracajá PL-6, solicitando seu impedimento.

Nº 358-60 — Leda Paula Gertrudes Lage Alves de Carvalho, Auxiliar Legislativo, Símbolo PL-10, solicitando seu impedimento;

Nº 362-60 — Ary Kerner Veiga de Castro, Oficial Legislativo, Símbolo PL-3, solicitando seja cancelado seu impedimento;

Sem número — Maria José Pacheco Giglio, Oficial Legislativo, Símbolo PL-8, solicitando novo impedimento.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de janeiro de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral Substituto.

A Comissão Diretora, em reunião de 15 de dezembro de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

Nº 372-60 — De Zuleika de Castro Monteiro, Auxiliar Legislativo, Símbolo PL-9, solicita cancelamento de seu impedimento;

Nº 379-60 — De Liz Henriques Fernandes, Oficial Legislativo, Símbolo PL-7, solicitando cancelamento de seu impedimento;

Nº 380-60 — De Manoel Veríssimo Ramos, Oficial Legislativo, Símbolo PL-8, solicita cancelamento de seu impedimento, em virtude de haver cessado os motivos;

Indeferiu o seguinte requerimento: Sem número — De Neida Watson Saboya de Albuquerque, Auxiliar Legislativo, Símbolo PL-10, solicitando seu impedimento.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de janeiro de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral Substituto.

Atos do Diretor Geral

O Diretor-Geral deferiu os seguintes requerimentos:

Sem número — De Lia da Cunha Fortuna, Oficial Legislativo, Símbolo PL-8, solicitando licença nos termos do art. 273, da Resolução nº 6, de 1960, a partir de 31 de outubro de 1960;

Nº 394-60 — De José Martins de Moraes, Auxiliar de Limpeza, Símbolo PL-11, solicitando salário-família em relação a seus dependentes Maria das Dores, Clodoaldo Alberico, Clodomir José e Vera Lúcia, a partir de 4 de agosto de 1960.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de janeiro de 1961. — Maria do Carmo Rondon R. Saraiva, Diretora do Pessoal — Substituta.

O Diretor-Geral abonou a falta do seguinte funcionário:

De Vital Martins Ferreira, Refetor, Símbolo PL-3, no dia 5 de dezembro de 1960.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de janeiro de 1961. — Maria do Carmo Rondon R. Saraiva, Diretora do Pessoal — Substituta.

PORTARIA Nº 154, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Francisco Gonçalves de Araújo, Auxiliar Legislativo, Símbolo PL-10, para ter exercício na Diretoria da Biblioteca.

Secretaria do Senado Federal, em 13 de dezembro de 1960. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.

PORTARIA Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Níron Silveira da Silva, Auxiliar de Limpeza, PL-11, para ter exercício na Diretoria da Biblioteca.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de janeiro de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR COIMBRA BUENO, NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS 22,00 HORAS, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1960, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. COIMBRA BUENO:

Sr. Presidente, há poucos minutos o Plenário do Senado deu acolhida à subemenda da Comissão de Finanças, à emenda nº 1 que apresentei, ao anexo do "Ministério das Relações Exteriores, relativamente à construção do Colégio Experimental de Assunção, no Paraguai".

Este Colégio, Sr. Presidente, está sendo erguido naquela Nação amiga, em virtude de acordo, firmado em 21 de novembro de 1952, que fixava sua conclusão em 24 meses. Naquela época a nossa moeda estava na ordem de Cr\$ 20,00 por dólar. Com a desvalorização progressiva de cruzeiro, as verbas parciais dadas posteriormente para a obra, ao serem convertidas em moeda estrangeira, vêm sendo uma das causas de protelação no atendimento do referido compromisso, assumido pelo nosso país.

Quero dar o testemunho do zelo dos Membros da nossa Embaixada em Assunção, procurando, através de emenda que apresentei ao Orçamento para 1961, dotar o Executivo da verba de Cr\$ 70.000.000,00, necessária para ultimização da obra. Assim, Sr. Presidente, tendo a nobre Comissão de Finanças do Senado dado acolhida parcial à emenda de minha autoria, concedendo apenas dez milhões de cruzeiros, cabe, neste momento, um apelo à outra Casa do Parlamento, no sentido de que dê tramitação urgente ao Projeto de Lei nº 2.074, de 1960, oriundo de mensagem do Poder Executivo e cujos termos vão transcritos em anexo, liberando assim o restante da verba para 1961.

A verba de Cr\$ 10.000.000,00, constará do orçamento, uma vez que sua aprovação pela Câmara dos Deputados está acordada; terá a virtude de permitir o imediato reinício das obras, providência esta, que é relevante no momento, em face da visita do Senhor Presidente da República ao País vizinho, em janeiro, para a cerimônia de inauguração de monumental ponte que estabelecerá mais um elo entre o Brasil e o Paraguai. Julgo oportuno que o Senhor Presidente da República ao comparecer à capital daquele País amigo, possa dizer convincentemente, junto à obra do Colégio, já em andamento acelerado, — que o Brasil honrará dentro de prazo curto, o compromisso que deveria ter sido cumprido em 1955.

Sr. Presidente, dou como lido o expediente que recebi da Embaixada do Brasil e louvo, uma vez mais, a dedicação e espírito de iniciativa daquela nossa representação no exterior, propugnando no sentido de que este compromisso, formalmente assumido, tenha sua execução ultimada no próximo exercício de 1961. Os trechos que a seguir transcrevo, de correspondência oriunda de Membro da nossa Embaixada em Assunção, bem como a mensagem que acompanha o projeto nº 2.074, de 1960, melhor de que minhas palavras, dão conta da oportunidade e conveniência para o Brasil, através da palavra do seu Supremo Magistrado, poder assegurar em janeiro próximo, que os alunos e professores Paraguaíes, bem como os Brasileiros, — que servem na nossa Missão Cultural naquele País, não continuarão ao relente em 1961, no Colégio Experimental, de nossa responsabilidade.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O ORADOR DE NS. 1 A 3

DOCUMENTO Nº 1

MEMORANDO

Colégio Experimental do Paraguai

1. Esta obra iniciada há vários anos, para ser inaugurada em Assunção, em virtude de acordo do Brasil com o Paraguai, vem sendo procrastinada.

2. Constitui uma verdadeira obra de Santa Engrácia com sua carcassa exposta num dos logradouros públicos de Assunção, desmerecendo o nome do Brasil.

3. Com a inauguração em 1961 da Ponte Internacional entre o Brasil e o Paraguai, a Missão Cultural do Brasil, naquele país, vem sendo instalada no sentido de permitir o início do funcionamento dos cursos do Colégio, já no próximo ano letivo, mesmo em salas inacabadas, e cobertas provisoriamente para este efeito.

4. A presença da carcassa do Colégio inacabado, pode tornar-se embaraçosa para o Senhor Presidente da República, na sua visita programada para janeiro à Assunção, e assim o Senhor Ministro Carlos Sette Gomes Pereira, fez gestões, e obteve do Congresso a inclusão de uma verba de Cr\$ 10.000.000,00 no orçamento para 1961. Esta verba ensejará o reinício imediato e intensivo das obras do Colégio, ainda em tempo do Sr. Presidente da República poder em Assunção, anunciar convincentemente, o seu término, que fica na dependência da pronta aprovação pelo Congresso do saldo da verba total necessária, que é de Cr\$ 60.000.000,00 e já foi objeto de uma mensagem presidencial ora em tramitação lenta na Câmara dos Deputados.

5. O assunto merece especial e imediata atenção em face da referida visita Presidencial ao Paraguai. Arquiteto Reidy o elaborou como funcionário daquela Repartição Municipal.

Feito o ante-projeto, foi aberta uma concorrência administrativa entre 4 firmas brasileiras de maior importância tendo sido vencedora a Construtora Mello Cunha S. A. cujo contrato de administração foi assinado na Divisão do Material do Ministério do Exterior em dezembro de 1953.

Início, execução e paralisação dos trabalhos

De acordo com o contrato para a execução dos trabalhos, cláusula 10.10.1, e conforme consta do expediente da Comissão Construtora datado de maio de 1954, ficou assentado que o início da obra e portanto a primeira ordem de serviço fosse dada a contar de 22 de janeiro de 1954, data da primeira folha de pagamento.

Os trabalhos se desenvolveram normalmente, dentro das possibilidades de maio postos à disposição da Comissão Construtora, sendo porém

sempre insuficiente para a execução das obras dentro do prazo contratual, como consta dos nossos relatórios números 14 — 18 — 24 — 29 e 30, em que solicitávamos reforço de verba capaz de possibilitar a aceleração e maior desenvolvimento dos mesmos.

Tendo expirado o prazo contratual, das obras, em 11-2-56 e nesta data encontrando-se os trabalhos bastante atrasados conforme havíamos previsto em nosso relatório número 24, e cabendo a principal responsabilidade pelo não cumprimento do prazo contratual, a falta de verba, resolveu a Comissão Construtora sugerir ao Ministério das Relações Exteriores uma primeira prorrogação de um ano, isto é, até 11 de fevereiro de 1957, uma vez que a conclusão das obras dependeria dos recursos que o Governo Brasileiro colocasse à disposição da Comissão Construtora, constando esta resolução da ata da Reunião da Comissão, número 56 de 16 de fevereiro de 1956.

Posteriormente os trabalhos se desenvolveram com menos intensidade, por falta de verba, chegando a paralisação total em 1º de julho de 1957 conforme consta das atas da Reunião da Comissão Construtora de 1º de junho de 1957 e 1º de julho de 1957.

Em 1959 recebeu a Comissão Construtora cerca de Cr\$ 900.000,00 para pagamentos atrasados e obras de preservação que foram executadas. Ainda em fins de 1959 recebeu cerca de Cr\$ 14.000.000,00 que de acordo com o programa traçado estão sendo aplicados na fabricação das esquadrias metálicas e serviços de impermeabilização.

Os dois recebimentos referidos completaram o crédito de Cr\$ 20.000.000,00 aprovado pelo Legislativo em 1958.

O orçamento de Cr\$ 20.000.000,00 elaborado naquela oportunidade previu a conclusão total da obra, desde que a taxa de conservação para o dólar fosse em cerca de Cr\$ 18,00 por dólar, taxa oficializada naquela oportunidade.

DOC. Nº 2

Trecho da 1ª carta de 3-10-60 do. Ministro Carlos Sette Gomes Pereira, servindo na Embaixada do Brasil em Assunção, ao Senador Coimbra Bueno:

Um outro assunto do qual estou para lhe falar é o seguinte: Há tempos o Governo brasileiro iniciou a construção de um Colégio "Experimental" em Assunção. O colégio está enquadrado nas finalidades da nossa Missão cultural, a qual compete ministrar aulas na Faculdade de Filosofia de Assunção. Pois bem, esse Colégio Experimental iniciado há anos, está parado também, há algum tempo por falta de verba. O projeto que libera uma verba ou melhor relativo ao crédito de 70 milhões, está com o Deputado Raymundo Padilha, com o qual voce poderia falar para apressar sua votação, sem o que o trabalho ou

melhor a construção, já em metade do caminho, daquele Colégio, esta ameaçado de perda total, sem talor na triste repercussão que possa ter nos meios paraguaios. Eu prometi ao Chefe da Missão que faria o possível para conseguir que o Colégio pudesse ser terminado quanto antes; por isso peço a voce se interessar pelo assunto e conseguir que o Padilha obtenha, para o Projeto, o regime de urgência. Aqui mando uma exposição do engenheiro-chefe ou melhor fiscal da construção do Colégio, para dar uma ideia do assunto.

COLEGIO EXPERIMENTAL
PARAGUAI — BRASILRELATÓRIO Nº 35 DA FISCALIZAÇÃO
Antecedentes

A decisão do Governo brasileiro de construir um Colégio no Paraguai, data da visita à Assunção do então Presidente da República, Doutor Getúlio Vargas em 1941.

Nesta oportunidade foi ofertada pelo Doutor Getúlio Vargas a construção de um Colégio primário, que teria o nome de Colégio Brasil em substituição da existente, com o mesmo nome cujas instalações se encontravam bastante precárias.

Posteriormente a ideia da doação do referido colégio evoluiu e por estudos feitos pela Missão Cultural Brasileira no Paraguai foi aconselhada a Secretaria de Estado a construção de um Colégio Secundário Modelo ao invés do colégio primário, onde possibilitasse também o funcionamento, em turno diferente, da Faculdade de Filosofia cuja finalidade seria a formação de todos os professores secundários do Paraguai, iniciativa de alcance muito mais profundo.

Aprovada a exposição de motivos pelo Governo brasileiro, foi elaborada e assinada uma troca de notas entre os Governos Brasileiro e Paraguai, em datas de 21 e 26 de novembro de 1952 cuja publicação feita pelo Ministério do Exterior do Brasil se encontra anexa a este.

Posteriormente foi encomendado pelo Ministério do Exterior do Brasil ao Professor Lourenço Filho a elaboração do programa que serviria de base ao projeto do Colégio Experimental Paraguai-Brasil cujos estudos ficaram a cargo do Arquiteto Affonso Eduardo Reidy, sem ônus para o Estado, uma vez que, ficou acertado que o projeto em questão seria doado pela Prefeitura do Distrito Federal. O

Em 1959, quando se processou a liberação do crédito, a taxa oficial passou a Cr\$ 100,00 por dólar, reduzindo, portanto, a uma 5ª parte a verba prevista e liberada. Por essa razão se faz necessário um segundo crédito, de Cr\$ 70.000.000,00 para a conclusão das obras.

DOC. Nº 3

Trecho da 2ª carta, de 28-10-60, do Ministro Carlos Sette Gomes Pereira, servindo na Embaixada do Bra-

sil em Assunção, ao Senador Coimbra Bueno:

Assunção, 28-10-60

Jeronymo,

Conforme lhe prometi mando-lhe aqui alguns dados mais sobre o Colégio Experimental. Não sei se você adiantará, depois de você ter lido ao Reidy e ao meu colega Muinho. Enfim, era o que o engenheiro fiscal daqui tinha a acrescentar ao que lhe mandei por carta.

Assunção, 25 de outubro de 1960.

Imo. Senhor Chefe da Missão Cultural Brasileira — Dr. José Istelica Lins — Nesta

Assunto: Colégio Experimental Paraguai-Brasil.

1 — Atendendo ao pedido verba da V. Sª passe as suas mãos orçamento estimativo baseado em curso por m2 para a conclusão das obras do Colégio Experimental Paraguai-Brasil, conforme segue abaixo:

Cr\$

Bloco das aulas:

5.760 m2	41.000.000,00
Auditorio e Teatro:	
650 m2	13.000.000,00
Ginásio coberto:	
1.000 m2	10.000.000,00
Piscina e Jardim:	
Global	6.000.000,00
	70.000.000,00

Nota — Foram previstos para a conclusão das obras do bloco das aulas Cruzeiroiros 41.000.000,00, uma vez que estimamos haver sido executado 50 % do total e haver numerário na conta do Colégio experimental para o pagamento das esquadrias metálicas e trabalhos de impermeabilização.

2 — Somos de opinião que a verba solicitada pelo governo Brasileiro para a conclusão das obras é suficiente, não incluindo porém o mobiliário e os diversos equipamentos tais, como dos laboratório de física e química, história natural, biblioteca mobiliário do auditorio e teatro etc.

3 — Não temos em mãos os elementos necessários para uma avaliação do custo desse equipamento razão porque não nos será possível organizar a previsão correspondente.

Opinamos que seja consultado o Arquiteto Affonso Eduardo Reidy, autor do projeto, pessoa indicada para esse fim.

4 — Sugerimos também seja consultado a Construtora Mello Cunha S.A., quem deve ter organizado, por solicitação da Divisão Cultural do Ministério do Exterior, um orçamento mais detalhado e atualizado para a conclusão das obras do Colégio Experimental, orçamento esse que deve ter servido de base para o pedido de verba do governo Brasileiro.

Sem outro assunto, aproveito a oportunidade para renovar a V. Sª os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Fernando Saturnino de Brito, Arq.